



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios [AT]

POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO E USOS DO ESPAÇO PÚBLICO

GONZAGA JAYME, Juliana

Doutora em Ciências Sociais

PUC Minas

julianajayme@pucminas.br

Resumo

No contexto contemporâneo de globalização, em que as mudanças afetam a vida como um todo, as cidades estão se transformando numa rapidez ímpar e, na literatura sobre o tema, algumas questões são recorrentes: é possível chamar esse “cenário” atual de cidade? (Castells, 1996; Sassen, 1991; Matos, 2004); o “estado da arte” sobre o contexto urbano moderno ainda é capaz de compreender as cidades contemporâneas? (Fortuna, 2002; 2009). Outra discussão feita contemporaneamente refere-se ao declínio do espaço público e o domínio do tempo presente por um individualismo exacerbado que priorizaria a vida entre iguais em espaços vigiados e privatizados (Sennett, 1988; Davis, 1993; Serpa, 2003 e 2007). Para Hiernaux (2006), embora as mudanças sejam tão velozes e contundentes, há continuidades e permanências nas cidades que não devem ser subestimadas. Este artigo reflete sobre questões que se situam nesse contexto de continuidades e rupturas. São inegáveis as diferenças entre as cidades contemporâneas e as modernas, explicitadas, por exemplo, pela diluição das fronteiras. Também não se pode fechar os olhos para alguns conflitos urbanos por vezes muito semelhantes aos “problemas” investigados pelos autores de Chicago nos anos 1920. Não cabe aqui fazer um inventário dessas transformações, já que o interesse deste texto são as áreas centrais que passam por processos de requalificação urbana. O que importa é explicitar que as dificuldades acima mencionadas em nomear (compreender) essa nova cidade é um desafio teórico e empírico. O objetivo principal aqui, então, é discutir essas questões a partir das novas configurações das sociabilidades urbanas em regiões centrais (re)valorizadas como patrimônio, tomando Belo Horizonte como caso.

Abstract

In the contemporary context of globalization, where the changes affect life as a whole, the cities are quickly becoming a unique and, in the literature on the topic, some issues are recurrent: can you call this “scenario” as a city? (Castells, 1996; Sassen, 1991; Matos, 2004); the discussion about modern urban context is still able to understand the contemporary cities? (Fortuna, 2002; 2009). Another argument made simultaneously refers to the decline of public space and the sphere of the present by an exacerbated individualism that prioritize life among equals in supervised and privatized spaces (Sennett, 1988, Davis, 1993; Serpa, 2003 and 2007). To Hiernaux (2006), although the changes are so swift and decisivethere are continuities and permanencies in cities that should not be underestimated. This article reflects on issues that fall within this context of continuities and ruptures. The differences between contemporary and modern cities are undeniable, explicitated, for example, by the blurring of boundaries. Also we cannot close our eyes to some urban conflicts sometimes very similar to "problems" investigated by the authors of Chicago in the 1920s. Do not intend here to make an inventory of these transformations, since the interest of this text are the core areas that undergo processes of urban renewal. What matters is explicit that the above mentioned difficulties in naming (understanding) this new city is a theoretical and empirical challenge. The main goal here, then, is to discuss these issues from the new configurations of urban sociability in central regions (re) valued as equity, as if taking Belo Horizonte.

Palavras-chave: Cidade; Belo Horizonte; Região Central; Espaço Público; Gentrificação.

Keywords: City; Belo Horizonte, Downtown; Public Space; Gentrification

1. Apresentação

De acordo com Simmel, na vida moderna predominava um *ethos* metropolitano. Park reforça essa ideia ao afirmar, nos anos 1920, que o mundo inteiro vive ou viverá na cidade e, portanto, estudá-la possibilitaria a compreensão do mundo. Também Wirth amplia esse insight, dizendo que o modo de vida urbano não estaria circunscrito às fronteiras da cidade. Certamente o pressuposto desse *ethos* metropolitano só vem se confirmando. Segundo Fortuna (2009), a população mundial já é majoritariamente urbana e as projeções indicam que em cinquenta anos a população urbana seja o dobro da atual.

No contexto contemporâneo de globalização da economia e da informação, em que as mudanças afetam a vida como um todo, as cidades estão se transformando numa rapidez ímpar e, na literatura sobre o tema, algumas questões são recorrentes: é possível chamar esse “cenário” atual de cidade? (Castells, 1996; Sassen, 1991; Matos, 2004); o “estado da arte” sobre o contexto urbano moderno ainda é capaz de interrogar e compreender as cidades contemporâneas? (Fortuna, 2002; 2009). Outra discussão feita hoje em dia se refere ao declínio do espaço público e o domínio do tempo presente por um individualismo exacerbado que priorizaria a vida entre iguais em espaços vigiados e privatizados (Sennett, 1988; Davis, 1993; Serpa, 2003 e 2007). Para Hiernaux (2006), embora as mudanças sejam tão velozes e contundentes, há continuidades e permanências nas cidades que não devem ser subestimadas.

O presente artigo busca refletir sobre questões que se situam nesse contexto de continuidades e rupturas. São inegáveis as diferenças entre as cidades contemporâneas e as modernas, explicitadas, por exemplo, pela diluição das fronteiras. Também não se pode fechar os olhos para alguns conflitos urbanos por vezes muito semelhantes aos “problemas” investigados pelos autores de Chicago nos anos 1920. Não cabe aqui fazer um inventário dessas transformações, já que o interesse deste texto são as áreas centrais que passam por processos de requalificação urbana. O que importa é explicitar que as dificuldades acima mencionadas em nomear (compreender) essa nova cidade é um desafio teórico e empírico. O objetivo principal aqui, então, é discutir essas questões a partir das novas configurações das sociabilidades urbanas em regiões centrais (re)valorizadas como patrimônio, tomando Belo Horizonte como caso.

2. O Centro de Belo Horizonte

Capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte foi fundada em 1897. Com planta elaborada pelo engenheiro Aarão Reis, a cidade foi planejada e construída segundo a ideia positivista de ordem e progresso e em contraposição ao Império, representado pela antiga capital, Ouro Preto. A zona urbana de Belo Horizonte foi, em seu início, circunscrita por uma grande avenida – a Contornoⁱ – e sua arquitetura marcada por ruas e avenidas largas e sem curvasⁱⁱ. Nascida, então, de um projeto positivista, a planta de Aarão Reis tinha como pressuposto uma cidade ordenada, que, no entanto, cresceu de forma desordenada, tendo sido criados diversos novos bairros além da Avenida do Contorno.

O Centro de Belo Horizonte foi, pelo menos até a década de 1970, um espaço onde circulavam a elite e as camadas médias, os intelectuais, mas também as camadas populares, o que, inclusive, foi motivação para diversas campanhas higienistas desde o seu início. Nos anos 1930, por exemplo, houve decretos que regulavam o comércio ambulante da região central, além de uma campanha para a retirada da zona boêmiaⁱⁱⁱ dali, já que o local era atrativo aos mercados financeiro e comercial (Lemos, 2010; Andrade e Jayme, 2011; Jayme, Chacham, Ramos, 2013).

Nos anos 1950, a região central já estava consolidada e se expandia. Nesse momento ainda era um lugar de uso heterogêneo, mesmo que já houvesse a espacialização da exclusão. O *footing* é um exemplo disso no centro daquela época. Realizado na Avenida Afonso Pena, era ocupado de um lado por pessoas das camadas populares e do outro lado pela elite que residia na área central (Lemos, 2010).

Nos anos 1960 as ruas do Centro, que até então abrigavam uma sociabilidade marcada pelo andar à toa, a pé, foram tomadas por automóveis e ônibus coletivos, se tornando cada vez mais lugares de passagem. Na década de 1970 o denominado hipercentro^{iv} de Belo Horizonte era o espaço mais verticalizado da cidade. Esse fenômeno e o aparecimento de novas centralidades fizeram com que a região fosse, de algum modo,

abandonada pelos estratos médios e altos, se tornando cada vez mais um local de trânsito intenso de veículos e pedestres. Nessa época o lugar já era representado como degradado e perigoso. (Arroyo, 2004; Moreira, 2008; Lemos, 2010; Andrade e Jayme, 2011; Jayme e Trevisan, 2012). Apesar de ter perdido a “aura” de espaço de distinção, a região permanece como uma centralidade importante, já que continua abrigando as sedes dos principais bancos, as galerias comerciais, além de permanecer como local de moradia e de entretenimento, mesmo que de menor sofisticação.

Se, como na maior parte das capitais brasileiras, nas últimas décadas do século XX, apesar da grande vitalidade econômica, o Centro de Belo Horizonte passou a ser representado como local degradado e perigoso, portanto, lugar a ser evitado, desde os anos 1990 – acompanhando as tendências internacionais de revalorização dos Centros históricos – os projetos de intervenção na região central se afirmaram de forma mais sistemática e concreta. Nesse período, a região passou a ser objeto de diversos diagnósticos, sendo que desde 2004 está em curso o Programa Centro Vivo^v e em 2013 foi lançado o Projeto Corredor Cultural Praça da Estação.

O hipercentro de Belo Horizonte é uma região de acesso fácil, com circulação de diferentes linhas de ônibus, além de estação de metrô. Tem comércio diversificado, amplo setor de serviços e também uso residencial. Por ali passam, diariamente, milhares de pessoas para trabalhar, procurar trabalho, consumir, viver, se divertir. Talvez por isso essa região tenha sido definida em 2000 pelo Plano Diretor da Prefeitura de Belo Horizonte como sendo uma área onde deveriam ser implantados

“...projetos especiais visando à preservação do patrimônio e a melhoria de sua qualidade ambiental, das condições de segurança e de circulação para pedestres; um local de acesso privilegiado para o transporte coletivo e para o resgate das calçadas como espaço para circulação de pedestres; uma área da cidade que, pela grande concentração de edificações e espaços de interesse cultural, torna-se privilegiada para a implantação de políticas de valorização, proteção e promoção do patrimônio (Belo Horizonte, 2000, p. 13-14).

O *Programa Centro Vivo*^{vi} objetiva reforçar o hipercentro como lugar simbólico da cidade e do Estado, a partir da valorização da diversidade de suas atividades, da consolidação da área como espaço de encontro de todos, da melhoria das condições de funcionamento do comércio local, do investimento em ações que visem à segurança da área e da retomada do centro para moradia. Ou seja, busca recuperar setores distintos da vida urbana, desde a economia, passando pela inclusão social, mobilidade urbana e segurança pública até sua chamada requalificação urbanística e ambiental^{vii}.

A ação é sustentada pelo discurso usual de preservação e de retomada da região como um lugar para todos. Entre as intervenções previstas (muitas já realizadas^{viii}) pelo Programa, destaca-se a reforma das calçadas de várias ruas, que foram alargadas, a restauração das fachadas dos edifícios históricos, o tamponamento de canais, o esforço para controlar a poluição visual do espaço, seja a partir da regulamentação das placas dos estabelecimentos comerciais, seja com a retirada (ou a tentativa) de grupos vistos como não desejáveis – como os camelôs^{ix} – das ruas.

O Projeto *Corredor Cultural Praça da Estação*, de acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte, visa “requalificar espaços e equipamentos espalhados na região compreendida entre a sede da Funarte, no bairro Floresta, e o parque municipal. O objetivo é torná-los aptos para promover diversas ações culturais” (Jornal O Tempo, 21/02/2013, matéria assinada por Carlos Andrei Siquara). Este projeto, que vem causando polêmica, com discussões acaloradas, antes mesmo do início das obras, conta, desde pelo menos fevereiro de 2013 com uma página no *facebook* (<https://www.facebook.com/CorredorCulturalPracaDaEstacao>)^x mantida por críticos do programa. A principal questão desses críticos se refere ao fato de que o local já é um corredor cultural e que o projeto teria características gentrificadoras. Em artigo publicado no *vitruvius*, portal de arquitetura, Wellington Cançado, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, faz uma reflexão sobre a iniciativa, problematizando inclusive a forma como a Prefeitura de Belo Horizonte acabou por envolver grupos até então críticos da administração municipal no projeto, a partir da criação da Comissão de Acompanhamento do projeto do Corredor Cultural Praça da Estação das Artes. Cançado se pergunta, entre outras

questões, qual seria o papel de tal comissão, se não realmente acompanhar projetos idealizados por arquitetos que, provavelmente, não interessam aos usuários do local que estariam representados por esta comissão.

No caso específico do Corredor, localizado em área de grande diversidade cultural e social (...) parece ainda escapar à nossa compreensão quais poderiam ser exatamente os interesses dos grupos e populações locais na sua implementação. (...). Essa questão nos leva à discussão fundamental do que realmente estamos considerando por “cultural” e por “arte” no Corredor. E se nos detivermos às práticas e ações já realizadas pelos grupos representados na Comissão e presentes aos debates, tanto a ideia de cultura como a de arte são bastante amplas e abrangentes, com forte experimentação estética além de cunho antropológico e político. Entretanto, frente ao “aprisionamento” das atividades culturais e artísticas como apresentado no projeto arquitetônico e referendado pela Comissão, nos deparamos com a imensa contradição de que em uma das regiões mais férteis, diversas e subversivas da cidade, onde diferentes manifestações coexistem livremente sem hierarquias, esses mesmos grupos parecem apoiar a implementação de um projeto em que a “cultura” e a “arte” estão completamente domesticadas, controladas e esvaziadas de sentido pelos interesses corporativos, pelo motor do entretenimento ou pela museificação das práticas e lugares. E de repente, em prol da oportunidade de participação que nos foi gentilmente oferecida pela benevolente Prefeitura, nos esqueceremos de problematizar a instrumentalização oficial da arte e da cultura e o apaziguamento dos conflitos sociais através das soluções patafísicas do urbanismo (Cançado, 2013, s/p).

Em fevereiro de 2014 tiveram início as obras no Viaduto Santa Teresa – espaço que faz parte do chamado corredor cultural – que teve parte de seu baixio coberto com tapumes. No dia 08, um grupo de pessoas retirou os tapumes e ocupou o viaduto, acampando no local^{xi}. O grupo teve como reivindicação primeira a transparência da Prefeitura de Belo Horizonte que teria iniciado a obra sem participação da sociedade civil, além da garantia dos diferentes usos da região. O grupo criou uma página no facebook *Viaduto Ocupado*^{xii}, onde atualiza as atividades, reivindicações e necessidades da ocupação.

O hipercentro de Belo Horizonte, como dito antes, tem diferentes usos e apropriações e isso acontece não apenas num momento em que a ocupação do espaço público vem se tornando objeto de reivindicação política de diferentes grupos. Ou seja, o centro de Belo Horizonte sempre foi ocupado por moradores de rua, artistas, pessoas que estão de passagem, consumidores, trabalhadores etc. Mas, num contexto em que, de um lado, o poder público (em parceria com a iniciativa privada) busca realizar intervenções urbanas gentrificadoras, coerentes com a adaptação ao novo marco da globalização econômica, de outro lado, a sociedade civil parece estar mais articulada (talvez pela globalização da informação, disseminada com muito mais abrangência pelas redes sociais) e, assim, o embate parece ser mais comum e mais acirrado. Desde junho de 2013 (para ficar com o marco das manifestações no Brasil) a região central de Belo Horizonte teve diferentes eventos políticos, cujo tema girava em torno da apropriação da cidade.

Este artigo, então, busca discutir as políticas de requalificação das regiões centrais e os usos do espaço público nesse contexto.

3. Refletindo sobre as cidades

A bibliografia sobre as origens da cidade moderna toma como marco referencial a Paris arquitetada por Haussmann no século XIX, cuja marca é o bulevar (Benjamin, 1985 a e b; Berman, 1986; Frúgoli, 2000; Caldeira, 2000; Leite, 2004). Embora projetado para a elite, uma das características do bulevar era a possibilidade de alguma interação entre os diferentes, seja através dos vidros dos cafês, seja circulando pelas ruas, anônimos, olhando as vitrines ou participando de manifestações políticas.

É possível afirmar que as cidades modernas se constituíram como objeto de reflexão das Ciências Sociais desde o seu início, mas não se pode negar também que a discussão de Simmel (2005) sobre um estilo de vida próprio do urbano marca os estudos das cidades. Os autores da Escola de Chicago mesmo revelam a influência do autor alemão em suas produções, ainda que articuladas com outras referências teóricas e com novas preocupações, tais como a pobreza; a migração; a delinquência; a criminalidade e a desorganização

social, presentes nos Estados Unidos de um modo geral e em Chicago, particularmente (Hannerz, 1980; Coulon, 1995; Becker, 1996; Frúgoli Jr., 2009).

As cidades modernas foram pensadas a partir de um centro que reunia edifícios monumentais, praça pública, poder político e econômico, mas também local de moradia. Era o lugar do lazer, do trabalho, do consumo e, exatamente por isso, tinha como uma importante característica a diversidade social, mesmo que tal se situasse, geralmente, em territórios diferenciados, como as regiões morais às quais Park (1987) alude, ou originasse divisões como o baixo e o alto Centro, com o intuito de explicitar diferenças entre o popular e o que deveria estar protegido com alguma marca de exclusividade.

Entre os anos 1960, 1970 vão se constituindo novas centralidades a partir do deslocamento de algumas atividades e serviços exclusivos do Centro para outras áreas da cidade (Frúgoli Jr., 2000; Bidou-Zachariassen, 2006; Lemos, 2010). Com isso, os estratos médios diminuem sua frequência a essas regiões, que passam a ser representadas como lugares degradados e sem vitalidade^{xiii}. Por volta dos anos 1990, como já dito, o interesse pelos centros históricos se renova e têm início os programas de “revitalização” daquelas áreas “abandonadas”. Essa (re)valorização dos Centros se insere num “projeto”, digamos, mais amplo, que objetiva adequar as cidades às demandas econômicas internacionais. Assim, há uma apropriação cultural das cidades (melhor, das suas imagens) com vistas a dar novos sentidos ao passado. Desse modo, o patrimônio histórico, as tradições locais, a cultura popular e outros elementos transformaram-se em mercadoria altamente valorizada nos debates sobre revitalização, na busca de um diferencial naquilo que se acreditaria ser um mercado global de cidades. (Botelho, 2006). O discurso sobre as práticas de conservação patrimoniais acabou sendo ressignificado e, com isso, a preservação passou a ser pensada não para evitar o desaparecimento, mas para se conferir valor ao local, não pela ação de novas edificações, mas pelo agenciamento, por vezes cenográfico, das antigas (Rubino, 2008). Os projetos de revitalização urbana, então, foram diretamente relacionados à valorização e à recuperação do patrimônio de valor histórico e cultural nas cidades. A partir de intervenções na maior parte das vezes de cunho controlador e higienista, a história de uma época pode ser consumida, ainda que essa história esteja totalmente descontextualizada (Zukin, 2000; Leite, 2004; Rubino, 2009).

A reocupação dos centros de cidades norte-americanas e europeias, pelas camadas médias, começa a ser observada já nos anos 1960. Em 1963 Ruth Glass^{xiv} usou o termo gentrificação para se referir à “invasão” pela classe média aos bairros operários londrinos – recuperando antigas residências vitorianas, além de reformar modestas casas. Em seguida o termo passou a ser utilizado para descrever processos de requalificação de centros históricos de grandes cidades. Se no início o processo foi conduzido pelo mercado imobiliário, ao longo do tempo, transformou-se em uma política urbana, uma estratégia articulada e global que incorporou o discurso de *city marketing*, ou seja, a cidade como mercadoria global, capaz de atrair fluxos de capital que garantissem sua sobrevivência e crescimento (Botelho, 2006).

Nas políticas de gentrificação a prática do consumo é incorporada à tradição, a partir de dois eixos. De um lado o centro histórico é representado como lugar de convergência da população para um suposto passado e identidades comuns, expressão de uma memória da nação, da tradição e da cidadania; por outro lado, a intervenção é representada como uma forma de recuperar um espaço urbano como espaço público de lazer, entretenimento e consumo da população (Leite, 2008).

O que se percebe nesses projetos contemporâneos de gentrificação é que, se no discurso, o que se propõe é a recuperação dos edifícios e das ruas, no sentido de devolver à população um espaço heterogêneo de sociabilidade, na prática o que se vê é a “expulsão”, simbólica ou não, do vernacular (para falar com Zukin, 2000). Os projetos contemporâneos de gentrificação partem de uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre Estado e iniciativa privada na forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural, cuja lógica altera o sentido do lugar ao tomar o cidadão como consumidor, identificado pelo seu poder aquisitivo. Essa prática é, obviamente, segregatória. Como afirma Smith (2006, p. 73):

A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem ‘consumir’ – uma vez que os sem teto foram rapidamente evacuados – e que contribuem para a formação de

identidades de classe através de um espectro de classes significativo, ainda que de maneiras muito diferenciadas.

No Brasil, os diferentes projetos de renovação urbana realizados a partir dos anos 1990 – embora sempre baseados em um discurso cujo mote era o retorno da heterogeneidade aos centros – foram, em sua maioria excludentes^{xv}, podendo ser caracterizados como políticas de gentrificação, mesmo que aqui não se perceba a gentrificação residencial, mas a de consumo, para falar com Van Criekigen (2003) ou a “gentrificação sem passado” mencionada por Héléne Rivière d’Arc (2006). No Nordeste o Pelourinho, em Salvador; o Bairro do Recife; o Centro de Fortaleza são exemplos dessas intervenções. Nessas cidades os edifícios históricos do Centro foram restaurados e deram lugar a bares, restaurantes, boates, lojas e casas de espetáculo. Tais projetos tiveram sempre um cunho de limpeza urbana, que se aproximava da intervenção na Paris de Haussmann.

O fato, porém, é que, no Brasil, a (re)apropriação pelas camadas médias dos centros revitalizados não teve “vida tão longa”, como no Soho e em Tribeca, para ficar apenas com o exemplo de Nova Iorque. Provavelmente esse aspecto se deve à forma muito artificializada e estereotipada que tais intervenções tiveram no caso brasileiro – talvez tenham faltado aqui os pioneiros urbanos (Smith, 2006) – que, discursivamente, tinham como mote a revitalização de regiões que teriam perdido seu uso tradicional, heterogêneo. Revitalizar, então, parecia significar manter os frequentadores que já estavam no Centro e trazer de volta o público dos estratos médios e altos, que teriam deixado de frequentá-lo. Mas, na prática o que aconteceu foi a dificuldade de permanência dos antigos usuários do local (seja moradores ou trabalhadores) e o uso descontínuo dos visitantes. Mesmo assim, continuam comuns intervenções urbanas que, pelo menos a partir de um olhar rápido, podem ser vistas como gentrificadoras, como a da região portuária do Rio de Janeiro. Especialmente no ano em que acontecerá a Copa do Mundo no país.

4. Belo Horizonte, o hipercentro, a política de requalificação ou o centro não foi sempre vivo?

Desde 1990 há uma preocupação da Prefeitura de Belo Horizonte com a (re)valorização da sua região central, quando houve o concurso BH Centro^{xvi}. Foi apenas na década seguinte, porém, que as intervenções começaram a ser realizadas de forma mais contundente. Já foram concluídas várias etapas das intervenções previstas na região central e, mesmo havendo certa política de higienização, o *Programa Centro Vivo* não promoveu, até então, uma mudança significativa nos usos do centro^{xvii}. Os camelôs foram retirados das ruas, mas permanecem no Centro. Os hotéis de prostituição da Zona Grande e o comércio popular continuam como sempre foram. Entre 2007 e 2013 acontecia, semanalmente, no viaduto Santa Teresa o Duelo de MCs. Por outro lado, com as intervenções no chamado Boulevard Arrudas e a partir do decreto 13.798, de janeiro de 2010, há uma nova apropriação dessa região que merece ser mais bem explicada aqui.

Um dos edifícios restaurados na Praça da Estação é o número 104, onde funciona, desde 2009, o CentoeQuatro, um espaço que é a um só tempo, cinema, café e galeria de arte^{xviii}. Próximo dali está o Nelson Bordello, que se apresenta, no seu site, como bar, café e restaurante^{xix}. A Praça da Estação sempre foi palco de espetáculos artísticos, comícios, manifestações políticas etc., mesmo antes de ser restaurada. No dia 9 de Janeiro de 2010, por meio do decreto aludido acima, o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, proibiu a realização de eventos no local. Poucos dias depois, pela internet, foi organizado um protesto na Praça. “Neste sábado, um grupo de pessoas com roupas de banho, protetor solar, peteca e outros apetrechos foi até a Praça da Estação, no Centro de Belo Horizonte, e transformou o cenário na ‘Praia da Estação’.”^{xx} Estava criado o Movimento Praia da Estação, que desde então ocupa a Praça, mas não só^{xxi}. Também a apropriação do Centro de Belo Horizonte vem sendo debatida por diferentes grupos e pessoas, que, além de usar a Praça, os bares, o viaduto de Santa Tereza^{xxii}, tem refletido sobre o tema, por exemplo, no Debate *A Juventude Okupa a Cidade?*, ocorrido em 2011 ou durante as manifestações de junho de 2013, nas reuniões promovidas sob o Viaduto de Santa Tereza, pela Assembleia Popular Horizontal^{xxiii}. Aliás, essas manifestações tiveram, em todo o país, na sua agenda o direito à cidade e o dever de ocupá-la. Como foi apontado aqui, no dia 08 de fevereiro deste ano (durante sete dias), o Viaduto Santa Tereza foi ocupado. Apesar da desocupação, a página do *Facebook*, Viaduto Ocupado, ainda está ativa.

O que há de particular nessa apropriação do Centro de Belo Horizonte? Ainda é cedo para conclusões definitivas, mas parece que a novidade nesse caso é que as pessoas das camadas médias que fazem parte da *Praia da Estação*, que frequentam o Nelson Bordello, o Duelo de MCs e o Espaço CentoeQuatro não podem ser caracterizadas como uma classe média emergente, em geral público-alvo dos espaços revitalizados. O público aqui é uma juventude universitária (que se denomina alternativa) e mesmo um público adulto composto por professores universitários, arquitetos, artistas^{xxiv} etc. Enfim, parece que se há muitas pessoas que frequentam esse local apenas para se divertir, há outras que objetivam explicitar o sentido político dessa frequência. De acordo com Andrade e Jayme (2011, p. 14)

“trata-se de uma atitude que, ao valorizar o Centro, se opõe a um tipo de lazer e de cultura segregacionista, como a que ocorre nos *shopping centers* e em outros espaços elitizados e situados nas áreas também elitizadas da cidade. Enfim, mesmo que não se possa falar exatamente em uma integração entre diferentes estratos, o Centro de Belo Horizonte vem sendo também apropriado por grupos de classe média e grupos culturais que o valorizam na sua diversidade”.

Mas além desse uso, como foi já explicitado aqui, há os antigos, como os surdos que utilizam a Praça Sete como espaço de sociabilidade (Barcelos, 2007), bem como os hippies, os moradores de rua, os idosos (Andrade, Jayme e Almeida, 2009), os gritadores e locutores, que usam sua voz para oferecer serviços a transeuntes apressados no centro da cidade (Girão, 2011), os próprios transeuntes, apenas apressados, os homens visitando os hotéis de prostituição, as garotas de programa da Praça da Rodoviária, em busca de sexo e drogas, os artesãos que expõem na já famosa Feira Hippie aos domingos, as pessoas em busca de arte nas galerias e teatro do Palácio das Artes, as crianças que ocupam os brinquedos do Parque Municipal aos Domingos e os adultos que preferem a sombra de suas árvores ou as apresentações da Orquestra Sinfônica, os moradores de rua que usam as fontes da Praça da Estação para tomar banho e a grama do Parque Municipal para descansar. Enfim, o centro de Belo Horizonte é uma região que, certamente, não necessita de revitalização, posto que vida não falta ali. Tampouco pode ser visto como uma área cujo público é homogêneo. Mas há, de algum modo, um “fantasma” que parece rondar as pessoas que usam o local para trabalhar ou com fins claramente políticos, que é a proximidade da Copa do Mundo de 2014, vista como um evento que pode aprofundar a segregação socio espacial, expulsando dali muitos dos seus usuários. Por outro lado, nota-se também que diferentes grupos da sociedade civil estão se unindo para, se não impedir, pelo menos dificultar esse tipo de ação. Em 15 de fevereiro foi postado na página *Viaduto Ocupado* o seguinte texto:

VIADUTO OCUPADO CONCRETIZA SUA PRIMEIRA AÇÃO

O Movimento Viaduto Ocupado está consolidado. Foram sete dias de ocupação do Viaduto Santa Tereza e de convivência das mais diversas pessoas e coletivos políticos e culturais, compartilhando do espaço comum e público. A luta pelo respeito, transparência, participação popular e pelo direito à cidade se fortaleceu e continua.

Neste sábado o Movimento Viaduto Ocupado optou pela desocupação da obra do Viaduto Santa Tereza, ciente do tamanho da luta e das resistências que ainda precisam ser desenvolvidas.

As primeiras reivindicações do movimento foram parcialmente atendidas pela Prefeitura de Belo Horizonte e apresentadas pela mesma em reunião com a Secretaria Municipal de Governo e a Diretoria de Patrimônio Cultural, mas representam uma resposta ainda pouco satisfatória às questões solicitadas pelo Movimento Viaduto Ocupado, uma vez que, reuniões com esta administração municipal não significam uma real mudança de postura e prática.

A apresentação de informações relativas à obra é obrigação do poder público, que até o momento da ocupação não havia publicizado as informações que aos poucos vem sendo disponibilizadas pela Prefeitura. Para pressionar a divulgação destas informações e acompanhar a execução da obra e do projeto de gestão, foi criada pelo Movimento Viaduto Ocupado uma comissão técnica interdisciplinar. (...)

A gestão do Viaduto Santa Tereza sempre foi espontânea e popular e assim entendemos que deva ser mantida, sendo inadmissível que um plano de gestão seja desenhado apenas pela administração pública, sem a participação dos atores que vivem neste espaço durante todos os anos em que ele foi negligenciado

pelo poder público. A discussão da gestão inclui a livre ocupação do espaço para fins políticos, culturais e a livre expressão da arte de rua. A proteção da população em situação de rua, alvo cotidiano de violência e abandono por parte da prefeitura, também está na centralidade das pautas do Viaduto Ocupado. A luta está apenas começando e os desafios são grandes.

A ocupação do Viaduto Santa Tereza foi uma ação direta necessária para a situação em que nos encontrávamos. A saída do lugar não encerra e nem diminui o debate e a ação. O movimento segue fortalecido para interferir diretamente no planejamento e gestão dos espaços públicos e políticas sociais. Por uma outra cidade, mais justa e humana. (www.facebook.com/notes/viaduto-ocupado/o-que-continua-a-acontecer-aqui/213896142150590 em 15 de fevereiro de 2014 às 14:10).

Referências bibliográficas

- Andrade, Luciana Teixeira de; Jayme, Juliana Gonzaga; Almeida, Rachel de Castro (2009). “Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controle”. *Cadernos Metrópole*. São Paulo: PUCSP, v.21, 131-153.
- Andrade, Luciana Teixeira de; Jayme, Juliana Gonzaga (2011). “Centro e Periferia: refletindo sobre seus significados no contexto contemporâneo de grandes cidades”. *Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul 2011*. Disponível em <http://www.ram2011.org>
- Arroyo, Michele (2004). *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. Dissertação (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais), PUC Minas, Belo Horizonte.
- Barcelos, Camila (2007). *As imagens do silêncio: uma análise sócio-antropológica das interações entre surdos de Belo Horizonte*. Dissertação (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais), PUC Minas, Belo Horizonte.
- Barreira, Irllys Alencar (2003). A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*. Porto Alegre, ano5, no. 9, 314-339.
- Becker, Howard (1996). A Escola de Chicago: Conferência. *Mana*, Estudos de Antropologia social, n. 2, vol. 2, 177-188.
- Belo Horizonte (2000). Prefeitura Municipal. Plano de ação para oHipercentro. Belo Horizonte: PBH.
- Benjamin, Walter (1985). Paris, capital do século XIX. In Kothe, Flávio (Org.) *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985(pp. 30-43).
- Benjamin, Walter (1985b). A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: Kothe, Flávio (Org.) *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática (pp.4-122).
- Berman, Marshall (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Bidou-Zachariasen, Catherine (2006). Introdução. In Bidou-Zachariasen, Catherine (Coord). *De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume.
- Botelho, Tarcísio Rodrigues (2006). A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade. In: Frúgoli JR., Heitor; Andrade, Luciana Teixeira de; Peixoto, Fernanda Arêas (Orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.
- Cançado, Wellington (2013). Corredor Cultural Estação das Artes: dilemas da participação. In: *Vitruvius*. Belo Horizonte. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.155/4763>
- Castells, M (1996). Working notes for a critical theory of informational society. *Critique of Anthropology*, vol 16, number 1, Sage.
- Coulon, Alain (1995). *A Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus.

- Davis, Mike (1993). *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta.
- Fortuna, Carlos (2009). Cidade e urbanidade. In: Fortuna, Carlos e Leite, Rogério P. (Orgs.). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Edições Almedina, S.A.
- Fortuna, Carlos (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-148.
- Frúgoli Jr., Heitor (2009). A cidade no diálogo entre disciplinas. In: Fortuna, C.; Leite, R. P. *Plural de Cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina.
- Frúgoli Jr., Heitor (2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez.
- Girão, Adriana (2011). "Para animar os ânimos": interações, sentidos e percepções do centro de uma grande cidade a partir de suas sonoridades comerciais. Dissertação (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais), PUC Minas, Belo Horizonte.
- Hannerz, Ulf (1980). *Exploring the City: inquires toward no urban anthropology*. New York, Columbia University Press.
- Hiernaux, Daniel (2006). Repensar a cidade: a dimensão ontológica do urbano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, no. 20. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp20/Intercambio_Daniel.pdf <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11614/1/Culturas%20urbanas%20e%20espa%C3%A7os%20p%C3%ABlicos.pdf>
- Jayme, Juliana Gonzaga; Chacham, Alessandra Sampaio; Morais, Mariana Ramos de. (2013). Mulheres da "Zona Grande": negociando identidade, trabalho e território. *Sexualidad, Salud y Sociedad*(Rio de Janeiro), (14), 138-163. Retrieved February 13, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200007&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1984-64872013000200007.
- Jayme, Juliana Gonzaga; Trevisan, Eveline (2012). Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Civitas*. Porto Alegre, V. 12, no. 2, 359-377. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/11933/8133>
- Jayme, Juliana Gonzaga; Neves, Magda de Almeida (2010a). Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Cadernos CRH*. Salvador: UFBA, v.23, 605-617.
- Jayme, Juliana Gonzaga; Neves, Magda de Almeida (2010b). Trabalho, identidades e políticas de requalificação em Belo Horizonte: camelô ou empreendedor popular? In Farias (Org.) *Práticas Culturais nos fluxos e redes da sociedade de consumidores*. Brasília: Verbis Editora.
- Jornal O Tempo, 21/02/2013, 08/02/2014, 10/02/2014, 11/02/2014.
- Jornal O Estado de Minas, 08/02/2014.
- Kowarick, Lúcio (2007). Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza, políticas. *Lua Nova*, 70, São Paulo. 171-211.
- Leite, Rogério Proença (2008). Localizando o Espaço Público: gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 83, 35-54.
- Leite, Rogério Proença (2004). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp/Editora UFS.
- Lemos, Celina Borges (2010). *Antigas e Novas Centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Escola de Arquitetura da UFMG.
- Magnani, José Carlos Cantor (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *RBCS*, nº 49, vol. 17, 11-29.

- Matos, Carlos A (2004). de. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino americana. In Ribeiro, Luiz César Q. (Org.) *Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Perseu Abramo. Rio de Janeiro: FASE/Observatório das Metrópoles..
- Monte-Mór, R. L. M. (org.) (1994). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*, Belo Horizonte: PBH/CEDEPLAR.
- Moreira, Corina, M.R (2008). *Patrimônio cultural e revitalização urbana: usos, apropriações e representações da Rua dos Caetés, Belo Horizonte*. Dissertação (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais), PUC Minas, Belo Horizonte.
- Park, Robert (1987). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio humano. In: Velho, Otávio (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Rivière D'arc, Hélène (2006). Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In Bidou-Zachariasen, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume.
- Rubino, Silvana (2009). Enobrecimento Urbano. In Fortuna, C; Leite, R. P. (Org). *Plural de Cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rubino, Silvana (2008). Nem findas nem lindas: cidades e gestão da memória. In: Leite, Rogério Proença (org.). *Cultura e vida urbana. Ensaio sobre a cidade*. São Cristóvão. UFS (p. 42-169).
- Sassen, Saskia (1991). *The Global City*. New York, London, Tokyo, Princeton: Princeton University Press.
- Sennett, Richard (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Serpa, Ângelo (2007). *O Espaço Público na cidade contemporânea*. São Paulo/Salvador: Editoras UFBA e Contexto.
- Serpa, Ângelo (2003). Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: Junior, Milton Esteves & Uriarte, Urpi Montoya (org.) *Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA.
- Simmel, Georg (2005). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana* vol.11, no. 2, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010
- Smith, Neil (2006). A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global. In Bidou-Zachariasen, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume.
- Van Criekingen, Mathieu (2006). A cidade renasce! Formas políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In Bidou-Zachariasen, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume.
- Wirth, Louis (1987). O urbanismo como modo de vida. In Velho, Otávio (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Zukin, Sharon (2000). Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In Arantes, A. A. (org.) *O Espaço da diferença*. Campinas: Papirus.

ⁱAlém da zona urbana, a planta de Aarão Reis propunha uma zona suburbana e uma zona rural que estariam fora da Avenida do Contorno. Como se vê, a própria planta da cidade foi desenhada a partir de um ordenamento excludente. (Lemos, 2010; Monte-Mor, 1994).

ⁱⁱInspirada no modelo de Paris e Washington, as cidades mais modernas de então. O mapa da Belo Horizonte circunscrita pela Avenida do Contorno é como que traçado com régua em uma profusão de ruas paralelas e perpendiculares.

- ⁱⁱⁱ Ainda hoje, a prostituição denominada de “baixo meretrício” está situada na chamada Zona Grande. Mas nos anos 1930 foram criados dois espaços de prostituição em Belo Horizonte, nos bairros Bonfim e Lagoinha, próximos ao Centro, com o intuito de desativar a Zona Grande (Lemos, 2010).
- ^{iv} O hipercentro é considerado a área delimitada pelas Avenidas Bias Fortes, Praça Raul Soares, Avenida Álvares Cabral, Rua dos Timbiras, Parque Municipal, Avenida Francisco Sales, Rua Itambé, Rua Sapucaí, Avenida do Contorno e Rodoviária.
- ^v Em 2007, como um reforço ao *Programa Centro Vivo*, foi lançado o Plano de Reabilitação do hipercentro de Belo Horizonte.
- ^{vi} O *Centro Vivo* foi lançado em 2004, mas engloba ações que foram realizadas antes, como as requalificações da Praça Sete e da Praça da Estação (entre 2002 e 2003).
- ^{vii} http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politica_surbanas&lang=pt_BR&pg=5562&tax=16903 (acesso 20/01/2014).
- ^{viii} Por exemplo, Praça da Estação (2004), o Boulevard Arrudas (no entorno da Praça da Estação e em parceria com o Estado) a Praça Sete (2005), a Praça Raul Soares (2008).
- ^{ix} Embora retirados das ruas, os camelôs permaneceram no Centro, nos chamados *Shopping Populares*, empreendimentos privados criados a partir parceria entre Prefeitura de Belo Horizonte e iniciativa privada (Jayme; Neves, 2010a).
- ^x Há ainda outras páginas na mesma rede social, como A Ocupação <https://www.facebook.com/AOcupacao> cujos posts muitas vezes remetem também criticamente ao Programa *Corredor Cultural*.
- ^{xi} Cf. *Em BH, Praça da Estação vira "praia" e viaduto Santa Teresa é ocupado* (Jornal Estado de Minas, 08/02/14, disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/08/interna_gerais.496502/em-bh-praca-da-estacao-vira-praia-e-viaduto-santa-tereza-e-ocupado.shtml - acesso em 08/02/14); *Grupos sociais ocupam o viaduto Santa Teresa e retiram tapumes de obra* (O Tempo, 08/02/14, disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/grupos-sociais-ocupam-o-viaduto-santa-tereza-e-retiram-tapumes-de-obra-1.786060> acesso - acesso em 08/02/2014); *Grupo pede esclarecimentos sobre obras no Viaduto Santa Teresa* (O Tempo, 10/02/2014, disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-pede-esclarecimentos-sobre-obras-no-viaduto-santa-tereza-1.786863> - acesso em 11/02/2014). *Pelo quarto dia, movimentos sociais mantêm ocupação embaixo de viaduto* (O Tempo, 11/02/2014, disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/pelo-quarto-dia-movimentos-sociais-mantem-ocupacao-embaixo-de-viaduto-1.787092> – acesso em 11/02/2014)
- ^{xii} <https://www.facebook.com/viadutoocupado>
- ^{xiii} Trata-se, porém, de fato de representação, pois, se os espaços centrais “perderam” determinado público e serviços, isso não quer dizer que tenham perdido sua vitalidade econômica (Frúgoli, 2000; Kowarick, 2007). Para o caso de Belo Horizonte ver Arroyo, 2004; Jayme e Neves, 2010 a e b; Girão, 2011.
- ^{xiv} Em *Introduction to London: aspects of change*.
- ^{xv} Ver, entre outros, Leite, 2004; Barreira, 2003; Rivière d’Arc, 2006.
- ^{xvi} O concurso (nacional) visava à seleção de ideias para revitalização das áreas de maior valor simbólico no Centro.
- ^{xvii} Embora, desde 2009, quando Márcio Lacerda assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, esteja havendo, parece, uma política mais claramente higienista do que nos anos anteriores (pelo menos entre 1993 e 2008), como se verá a seguir.
- ^{xviii} Cf. <http://www.centoequatro.org/cento-e-quatro>
- ^{xix} <http://nelsonbordello.com.br>
- ^{xx} Protesto bem-humorado transforma praça em "Praia da Estação". Elaine Resende, 23/01/2010. http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia/173/2010/01/23/noticia_minas_i=145015/PROTESTO+BEM+HUMORADO+TRANSFORMA+PRACA+EM+PRAIA+DA+ESTACAO.shtml
- ^{xxi} Em 2012 e 2013 a *Praia da Estação*, alinhada com o *Movimento Fora Lacerda*, vem ocupando outros espaços públicos de Belo Horizonte. Houve o *Vamos deitar na grama*, quando os jovens, por meio de redes sociais da internet, como *twitter* e *facebook*, convidaram as pessoas a ocuparem o gramado da Praça Floriano Peixoto, em protesto a uma ação da Guarda Municipal que deteve dois jovens que estavam sentados no gramado em um evento. Em julho de 2012 houve o *Praia da Savassi*, quando a *Praia da Estação*, em conjunto com o *Fora Lacerda*, lançou o *Jornal Movimento*. Nas manifestações de Junho de 2013 era possível notar protestos parecidos com os realizados pelos integrantes da *Praia* e, ao navegar nas páginas do Facebook *BH nas Ruas* (<https://www.facebook.com/#!/BHnasRuas?fref=ts>) e *A Ocupação* (<https://www.facebook.com/#!/AOcupacao?fref=ts>) nota-se que muitas vezes aparecem os jovens que se intitulavam *banhistas da Praia*.
- ^{xxii} O Duelo de MCs, que até então era assistido apenas por jovens ligados ao hip hop, passou a entrar na agenda dos programas dos jovens das camadas médias que agora ocupam a região.
- ^{xxiii} Cf em <http://passapalavra.info/2013/06/79639> ou <https://www.facebook.com/#!/AssembleiaPopularBH?fref=ts>
- ^{xxiv} A apresentação do *Nelson Bordello* na internet é emblemática: “Numa esquina fica a Praça da Estação, na outra a Serraria Souza Pinto. Logo em frente, está o Viaduto Santa Teresa. Abaixo deste, o palco em que MC’s realizam duelos de rap e jovens organizam o movimento Praia da Estação, fazendo da rua Aarão Reis o endereço preferencial da arte urbana belorizontina. Em meio a esse cenário efervescente da revitalizada região central da capital, no número 554 da mencionada rua, está o bar, restaurante e cabaré Nelson Bordello. Trata-se de um espaço de experimentações artísticas, gastronômicas e comportamentais, que homenageia os bordéis da antiga zona boêmia na rua Guaicurus, como o famoso Montanhês comandado pela lendária Hilda Furacão...”.